



“CRIANÇA VIADA, TRAVESTI DA LAMBADA”: INFÂNCIAS QUEERS EM IMAGENS INCÔMODAS

“FAGGOT CHILD, TRANVESTITE LAMBADA”: QUEERS CHILDHOODS IN DISTURBING IMAGES

Rafael França Gonçalves dos Santos¹

 <https://orcid.org/0000-0002-3662-2456>

Natanael de Freitas Silva²

 <https://orcid.org/0000-0002-7532-4312>

Recebido em: 16 de novembro de 2020.

Primeira revisão: 27 de maio de 2021.

Revisão final: 30 de julho de 2021.

Aprovado em: 07 de agosto de 2021.

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.12168>

RESUMO: Neste artigo apresentamos algumas problematizações sobre a noção de criança viada a partir da exposição “Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira”, promovida pelo Santander Cultural em Porto Alegre, e censurada em setembro de 2017, após alguns meses em cartaz. Para compreender o contexto histórico e político de tal exposição, recorreremos a uma explicação sobre o significado da expressão queer e algumas possibilidades de seu uso, mesmo no contexto brasileiro, seja como conceito e área de estudos acadêmicos, ou como expressão usada para se referir às posições de identidade que questionam a heteronormatividade. Optamos por destacar duas obras apresentadas nessa exposição que permitem uma reflexão sobre o potencial crítico da produção artística e seu caráter histórico. Essa abordagem, bem como a escolha do tema, se deram em função da pertinência da discussão em um contexto de produção de pânico morais associados à diversidade sexual e de gênero, particularmente quando relacionadas a uma etapa do curso de vida ainda pouco pensada criticamente no campo historiográfico brasileiro: a infância.

Palavras-chave: infância, queer museu, criança viada.

ABSTRACT: In this article, we present some problematizations about the notion of a faggot child seen from the exhibition “Queermuseu: cartographies of difference in Brazilian art”, promoted by Santander Cultural in Porto Alegre, and censored in September 2017, after a few months on display. To understand the historical and political context of such an exhibition, we resort to an explanation of the meaning of the expression queer and some possibilities of its use, even in the Brazilian context, either as a concept and area of academic studies, or as an expression used to refer to identity positions that question heteronormativity. We chose to highlight two works presented in this exhibition that allow a reflection on the critical potential of artistic production and its historical character. This approach, as well as the choice of the theme, was due to the relevance of the discussion in a context of the production of moral panics associated with sexual and gender diversity, particularly when related to a stage in the course of life that has not yet been critically thought about in the Brazilian historiographic field: childhood.

Keywords: childhood, queer museum, faggot child.

1 Doutor em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil. Membro do LabQueer – Laboratório de estudos das relações de gênero, masculinidades e transgêneros/UFRRJ. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9958034812497049>. E-mail: rafael.fgs@hotmail.com

2 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPHR/UFRRJ/CAPES), Brasil. Membro do LabQueer – Laboratório de estudos das relações de gênero, masculinidades e transgêneros/UFRRJ e do Laboratório de Educação em Direitos Humanos, da UFABC. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3252227264923513>. E-mail: natanaelfreitass@gmail.com

O *queer* que eu tenho com isso?

Já hoje o termo *queer* assume uma polissemia que nos impede de tentar capturá-lo a partir de uma definição estática e hermética. Fazendo uma pequena digressão, entendemos que trata-se de uma palavra de língua inglesa que, de sentido pejorativo, mobilizado para desqualificar e humilhar gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, foi reapropriado politicamente e assumiu uma conotação de luta, uma forma transgressora de estar, ser e pensar no e o mundo contemporâneo. Dessa forma, os estudos ou teorias *queer(s)* (LOURO, 2001; MISKOLCI, 2012, PEREIRA, 2015; PÉREZ NAVARRO, 2018) surgiram como uma possibilidade de tensionar as prescrições normativas em torno dos corpos sexuados e compreender o movimento daqueles e daquelas que fissuram e/ou transbordam da trajetória considerada normal, no campo do sexo-gênero-sexualidade. Desta feita, *queer* tornou-se uma ferramenta política de reafirmação de si e de denúncia da heteronormatividade (MISKOLCI, 2012).

Sendo praticamente impossível nos limites e objetivos desse artigo apresentar uma vasta discussão em tono das teorias, das práticas e das políticas *queers*³, optamos em sinalizar algumas das propostas e concepções produzidas e possibilitadas por esses estudos, inclusive por autoras e autores nacionais que contribuem para esse campo teórico e na forja deste texto escrito a quatro mãos. Portanto, *queer* soa como uma busca pela elaboração discursiva (escrita) de experiências consideradas não legítimas, abjetas e marginalizadas. Nesse movimento, é possível que sejam produzidas outras formas de capturas e produção de normatividades, mas ainda assim existirão outras formas de ser e estar no mundo que permanecerão *queer*, transgressivas e até inaceitáveis para os parâmetros da cisheteronormatividade (como experiências travestis, transsexuais e intersex). A reflexão no campo *queer* demonstra seu potencial transformador ao romper e/ou tensionar com a episteme dominante, ao definir-se no não-espço do saber; o conhecer *queer* é sempre provisório e intrigantemente instável, definindo-se por uma lógica que pode escapar ao domínio regulatório dos corpos, das sexualidades e das discursividades e, enfim, expressar uma possibilidade de transgressão mais profunda do que aparenta. Nas palavras de Guacira Lopes Louro: “Mais do que uma nova posição de sujeito, *queer* sugere um movimento, uma disposição. Supõe a não-acomodação, admite a ambiguidade, o não-lugar, o estar-entre. Sugere fraturas na episteme dominante” (2009, p. 135).

Seguindo a provocação de Guacira Lopes Louro (2009), entendemos que o *queer* remete à ideia de sujeitos que se dispõem a viver a e na diferença, de modo que essa atitude provoca fissuras no sistema de normalização e normatização dos corpos, desejos e afetos. Recorremos, então, ao amparo teórico oferecido pelo pensador francês Michel Foucault (2006), que contribui sobremaneira para a reflexão sobre essas transformações, quebras e/ou desmontes em curso na episteme dominante. Para tanto, é preciso nomear essa episteme, entender sua genealogia e, também, compreender que tipo de domínio é exercido, de quem sobre quem, ou sobre o que. Estamos,

3 Sobre críticas e limites a determinadas concepções da política *queer*, consultar: GAMSON, Joshua. “Must identity movements self-destruct? A queer dilemma”. In: SEIDMAN, Steven (ed.). **Queer Theory/Sociology**. Oxford: Blackwell, 1996; HECKERT, Jamie. Anarquismo e sexualidade: rumo a relações consensuais. **Verve**, n. 28, p. 169-195, 2015.

aqui, olhando para o conjunto de saberes que instituiu historicamente a heterossexualidade e a cisgeneridade como o padrão de normalidade para corpos e os desejos. Para tanto, entendemos que a ciência moderna, amparada por uma história calcada no poder soberano, tem sido a substância que valida e fundamenta esse processo de produção de normais. Mas sempre há aqueles que escapam!

Os sujeitos *queer* enfrentam o sistema heterodominante, às vezes sua luta é solitária, em outras, os grupos são um importante mecanismo de fortalecimento mútuo. Isso ocorre, como aponta McLaren (2016, p. 157), ao pensar no lugar do coletivo nas políticas de identidade, em que compartilhar experiências com membros de seu próprio grupo pode ajudar a consolidar a própria identidade e ações políticas, gerando empoderamento psíquico aos indivíduos membros de grupos oprimidos. Todavia, a autora também informa que uma política pensada por e a partir de uma determinada concepção de identidade, pode homogeneizar o grupo e cristalizar categorias, instituindo outros processos de exclusão e normatização⁴.

Todavia, poucas foram as vezes em que a História, compreendida enquanto um campo disciplinar de produção de saberes, se permitiu conferir espaços a esses sujeitos silenciados e invisibilizados (NETO; GOMES, 2018; GOMES; LION, 2020). É por isso, pois, pertinente e provocador o alerta feito por Foucault (2006, p. 80):

um delinquente arrisca a sua vida contra castigos abusivos; um louco não suporta mais estar preso e decaído; um povo recusa o regime que o oprime. Isso não torna o primeiro inocente, não cura o outro e não garante ao terceiro os dias prometidos. Ninguém, aliás, é obrigado a ser solidário a eles. Ninguém é obrigado a achar que aquelas vozes confusas contam melhor do que outras e falam a essência do verdadeiro. Basta que elas existam e que tenham contra elas tudo o que se obstina em fazê-las calar, para que faça sentido escutá-las e buscar o que elas querem dizer. Questão moral? Talvez. Questão de realidade, certamente. Todas as desilusões da história de nada valem; é por existirem tais vozes que o tempo dos homens não têm a forma de evolução, mas justamente a da história.

Por isso, ao refletirmos sobre as infâncias⁵ e sua histórica produção (BRAGA, 2015), torna-se oportuna uma análise *queer*, permitindo-se o questionamento da suposta naturalidade da heterossexualidade (KATZ, 1996). Como lembra Paul B. Preciado, o policiamento de gênero que faz com que os pais, muitas vezes, se tornem meros “representantes repressivos da lei do gênero” e eduquem as crianças “como se fossem presumidamente heterossexuais” (PRECIADO, 2013, p. 96-99) e com isso privam as crianças de terem um pai e uma mãe que poderiam ter cuidado e a amado.

Além disso, uma análise *queer* da infância precisa considerar

4 Neste sentido, entendemos que as identidades precisam ser vistas e compreendidas em sua historicidade, tal qual apontara Foucault (2004), as identidades funcionam como um efeito do aparato regulatório que define, classifica e sujeita os indivíduos no âmbito da heteronormatividade. Consultar também: HAIDER, ASAD. **Armadilha da identidade**: raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019.

5 Reconhecemos que existe uma vasta produção sobre as infâncias nos campos da psicologia e da psicanálise (MACIEL, 2016), principalmente os escritos que abordam as contribuições de Sigmund Freud. Porém, para os propósitos deste artigo, focalizamos uma discussão que tematiza a infância sob perspectiva histórica, tendo como premissa o momento em que uma sociedade disciplinar, tal qual sugere Foucault (1988), engendrou dispositivos de controle do sexo, estabelecendo objetos privilegiados de saber como “mulher histérica, “a criança masturbadora”, o “casal malthusiano” e o “adulto perverso”.

cenar da vida social de crianças, em diferentes paisagens, marcadas por discursos e práticas moralizadoras, exclusões, violências e, também, resistências, acionadas pelas próprias crianças em seus movimentos de fuga e escape das redomas erigidas em nome da proteção, da educação e da civilização. (RODRIGUES et al., 2018, p. 1)

Nesta linha de estudos, uma das importantes reflexões é apontada pela teórica estadunidense Judith Butler (2003), que questiona também a noção de sexo. Construído como um dado natural e biológico, Butler defende que ele só adquire significado em um contexto histórico-cultural específico, de modo que seria inadequado entender que o gênero está para a cultura, e o sexo para a natureza ou a biologia, pois ambos são produto e efeitos dos sistemas culturais que os produzem discursivamente. Don Kulick (2009) observou que para Butler o conceito de sexo biológico é, por si só, um conceito generizado; é a partir das noções de gênero culturalmente estabelecidas que se torna possível a produção do sexo como um dado natural (KULICK, 2009, p. 240), e, como demonstrado por Thomas Laqueur em **A invenção do sexo** (2001), o sexo é um conceito historicamente construído, localizado e localizável nas tramas das relações e das práticas sociais prescritivas das masculinidades e das feminilidades.

É, pois, nesse movimento de desconstrução, que buscamos compreender a emergência do *queer*. Para o sociólogo brasileiro Richard Miskolci (2012) a consolidação do *queer* se dá na década de 1980, quando eclodiu a epidemia do hiv/aids. Para ele, o *queer* foi um catalisador, uma forma de reação e resistência frente ao novo movimento biopolítico instaurado. Mais do que reivindicar o respeito às *diferenças*, buscava-se desconstruir as normas regulatórias que eram responsáveis pela reprodução das injustiças e desigualdades historicamente estabelecidas, e assim definir uma nova ordem, que proliferasse e que reconhecesse a legitimidade das diferenças sexuais, raciais e de gênero. Este exercício indica a frutífera aproximação dos Estudos Queer com as reflexões propostas por Michel Foucault, como apresentado por Guacira Louro (2009), Richard Miskolci (2009a) e Fábio Lopes (2017).

Ao pensar na intersecção entre os estudos queer e as proposições filosóficas de Michel Foucault, a partir desses trabalhos, podemos identificar que: primeiramente, assim como Foucault, o *queer* questiona noções clássicas de "sujeito, de identidade e de agência" (LOURO, 2009, p. 136); colocam em suspeição o binarismo de toda ordem (homem/mulher/, hetero/homo, normal/anormal/, cisgênero/transgênero etc); em seguida, busca dissecar, examinar e perscrutar a sexualidade contemporânea para compreender "como ela opera dentro do binário interdependente da hetero-homossexualidade naturalizando, e portanto privilegiando, as relações entre pessoas do sexo oposto" que, por sua vez, a partir de discursos e enunciados prescritivos de gênero, vão "subalternizando, silenciando e tornando invisíveis no espaço público as relações homoeróticas" (MISKOLCI, 2009, p. 331). Em terceiro lugar, a teoria *queer* prescinde de um "antiessencialismo radical e pela recusa ao fechamento identitário no plano da orientação sexual e do gênero. Daí talvez o caráter estratégico que estados 'inter' e/ou 'trans' (intersexuais, travestis, transexuais e transgêneros) assumem para essa teoria" (LOPES, 2017, p. 174). Como nos lembra Preciado (2004, p. 51) "os movimentos queer representam o trasbordamento da própria identidade homossexual por

suas margens: viados, maricas, boiolas, transgêneros, putas, gays e lésbicas deficientes, lésbicas negras e chicanas, e um interminável etc”.⁶ É na esteira desse pensamento anti-fundacionista (SPARGO, 2017) que o *queer* nos permite refletir sobre modos de vida não normativos, inclusivos e abertos à diferença, inclusive na infância.

Democracia, corpo e arte

As tentativas de controlar, censurar e reprimir a liberdade de pensamento e de manifestações artísticas, no Brasil, não são uma novidade. Desde os anos 1970, no contexto da ditadura civil-militar, os ideólogos do regime autoritário (COWAN, 2014), que associavam homossexualidade com “subversão comunista”, e com apoio de segmentos da sociedade civil⁷, promulgaram leis, decretos e criaram órgãos, como a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), cuja função era aprovar ou recusar, a partir de laudos produzidos pelos censores, conteúdos midiáticos dos mais diversos, como livros, revistas, peças teatrais, músicas, considerados uma ameaça à ordem social, tais medidas eram justificadas em nome da defesa “da moral e dos bons costumes”⁸.

Durante a ditadura, a retórica vigente era em torno da defesa da “pátria, família e religião” (MARCELINO, 2011), produziu uma amálgama discursiva entre pânico moral e religião que, por sua vez, construiu uma insidiosa relação de censura e repressão à liberdade de pensamento. Registra-se que, após a implementação do AI-5⁹, cerca de 500 filmes, 450 peças teatrais, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, aproximadamente, 1000 letras de música e algumas dúzias de capítulos e sinopses de telenovelas foram censurados¹⁰.

Entre os anos 1960-1970, no âmbito do regime sexual autoritário (QUINALHA, 2017), emergia também os valores da contracultura, como a ênfase na experimentação artística, na produção de

6 Ainda, há tensões entre os chamados identitários e *queers* no âmbito das práticas de atuação política entre os agentes do movimento LGBTI + brasileiro, consultar: MISKOLCI, Richard. “Não somos, queremos: reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea”. In: COLLING, Leandro (org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011, p. 37-56.

7 Segundo Douglas Marcelino (2011, p. 191), as entidades religiosas, como O Movimento por um Mundo Cristão (MMC), a União Cívica Feminina (UCF) e o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF), atuaram ativamente antes do golpe de 1964 e após a implantação do regime, “na demanda pela radicalização da censura referente à moral e aos bons costumes”. Para saber do vasto conjunto de associações religiosas que atuaram na época, ver os capítulos 5 (Em defesa dos bons costumes: a censura moral) e 7 (Pátria, família e religião: quando moral e política se misturam) da referida obra.

8 Essa expressão se popularizou a partir de 1970, quando o Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, produziu o documento intitulado: *Em defesa da moral e dos bons costumes*. Este, por sua vez, acabou servindo de base jurídica para justificar a promulgação do decreto n. 1077, de 26 de janeiro de 1970, assinado pelo general Emílio Garrastazu Médici, que institucionalizava a censura previa a periódicos e livros que abordassem temas considerados ofensivos à moral e aos bons costumes. Ver: BUZOID, Alfredo. **Em defesa da moral e dos bons costumes**. Brasília: Ministério da Justiça, 1970.

9 O AI-5 durou aproximadamente 10 anos, promulgado em 13 de dezembro de 1968, sendo suspenso em 31 de dezembro de 1978, quando da chamada “abertura política”.

10 Para alguns estudiosos da área, esses números podem estar subestimados. Autores como Zuenir Ventura e Deonísio da Silva apresentam uma quantificação distinta. Deonísio afirma que, na época que Armando Falcão era ministro da Justiça do Governo Geisel, a censura de livros atingiu mais de 500 livros, além de cartazes, *jingles* e produções diversas no âmbito artístico e cultural entre os anos de 1974-78. Conferir: VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988; SILVA, Deonísio da. **Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

novos modos de vida e no uso do corpo como espaço de resistência e de fruição micropolítica, na “intersecção do estético com o político no final dos anos 1960” (FAVARETTO, 2019, p. 18), que se tornou alvo do AI-5.

Ao focalizar o uso do corpo no campo das artes brasileiras nos anos 1970, Flavia Bortolon (2020) evidencia que na segunda metade do século XX o corpo passou a ter destaque nas artes, em sua maioria, por meio das performances¹¹ e experiências sensoriais. A autora afirma que, se na arte moderna “o corpo nu aparecia fragmentado, deformado, e distante dos antigos ideias de simetria, na segunda parte do século XX o corpo se aproxima especialmente da animalidade, e a materialidade humana é reconhecida no lugar dos padrões clássicos que buscavam divinizar o corpo” (BORTOLON, 2020, p. 44). Assim, continua a autora, na arte contemporânea, entre os anos 1960 e 1970, “os corpos representados tinham imperfeições e marcas de vivências cotidianas que eram expostas sem reservas, até mesmo por uma questão política” (BORTOLON, 2020, p. 44).

Nessa linha e no âmbito da crise política instaurada pelo golpe de 64, diversos artistas brasileiros colocaram o corpo no centro de suas obras, como Hélio Oiticica¹² e Lygia Clark¹³. E acrescentaria as fotos do nu masculino produzidas pelo fotógrafo Alair Gomes¹⁴. Todavia, o fato que Bortolon destaca e nos ajuda a historicizar essa tentativa de controle e censura do que é produzido no campo da arte, é a exposição não autorizada do nu de Antonio Manuel¹⁵.

11 Um exemplo da performance como subversão, transgressão de gênero, pode ser visualizado na performance do grupo teatral *Dzi Croquettes*. Ver: SILVA, Natanael de Freitas. *Dzi Croquettes e as masculinidades disparatadas*. **História, Histórias**, Brasília, v. 6, n. 12, p. 80-99, 2018.

12 O autor desenvolveu obras abordando a fragmentação do corpo como, *Bólido caixa 18*, *poema caixa 2*, *homenagem à Cara de Cavalo*, de 1966, e *Parangolés*, de 1969. Ver: **HÉLIO Oiticica**. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa48/helio-oiticica> Acesso em: 25 abr. 2021.

13 Pintora e escultora, trabalhou com instalações e *body art*. Seus trabalhos focalizavam a relação da arte com a terapia. Algumas obras em destaque, *Casulos* (1959), *Bichos* (1960), *Trepantes* (1963), *Obra-Mole* (1964). Ver: **LYGIA Clark**. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa1694/lygia-clark> Acesso em: 25 abr. 2021.

14 Segundo João Luiz Vieira (2011), Alair Gomes, ao longo dos anos 1970, dedicou-se exclusivamente à elaboração de uma ampla e significativa obra fotográfica, produzindo “um painel erótico de proporções gigantescas, dedicado à beleza e à nudez do corpo masculino, mediante a apropriação de imagens “roubadas” de jovens nas praias cariocas.” Em geral, suas imagens eram capturadas da janela de seu apartamento em Ipanema. Para se ter uma ideia da magnitude de sua obra, depositada na seção de iconografia da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, Vieira (2011, p. 283) destaca que o conjunto de negativos superam o número de 100 mil, “classificados pelo próprio autor da seguinte maneira: Sinfonia dos ícones eróticos, série dedicada ao corpo jovem masculino, com 14.700 negativos; retratos e imagens de jovens, somando 15 mil negativos; jovens na praia, num total de 26 mil imagens; outra série denominada Sonatina, composta de 11.700 negativos; jovens a caminho da praia tomadas da janela, com 7.700 imagens; jovens na ginástica da praia, com 5.600 negativos”. Em julho de 2017, uma exposição no Colégio Brasileiro de Altos Estudos (antiga Casa do Estudante Universitário da UFRJ), celebrou o pioneirismo da fotografia homoerótica brasileira, apresentando ao público registros inéditos do acervo de Alair Gomes. Entre 03 de agosto e 7 de outubro do mesmo ano, na Galeria Paulista Fortes D’Aloia & Gabriel, na Vila Madalena, São Paulo, pela primeira vez, uma exposição aproximou os trabalhos de Alair Gomes (1921-1992) e Robert Mapplethorpe (1946-1989), tendo como ponto de aproximação entre os artistas, conforme consta no release da exposição, “o desejo – compartilhado por ambos os artistas em textos e entrevistas – de fazer presente em suas obras a experiência de transcendência do sexo”. Ver: ALAIR GOMES E ROBERT MAPPLETHORPE. Fortes D’Aloia & Gabriel, São Paulo, 3 ago. 2017. Disponível em: <https://fdag.com.br/> Acesso: 05 mai. 2021.

15 “Em 1970, Antônio Manuel propõe o próprio corpo como obra, no Salão de Arte Moderna, realizado no Museu de Arte Moderno do Rio de Janeiro (MAM/RJ). A proposta é recusada pelo júri. Na noite da abertura da exposição, o

O evento ocorreu em 15 de maio de 1970 quando o museu de Arte Moderna recebeu convidados para a abertura do XIX Salão Nacional de Arte Moderna do Rio de Janeiro, evento tutelado ao Governo Federal e sob responsabilidade da Comissão Nacional de Belas Artes, este, por seu turno, subordinado ao Ministério da Educação e Cultura. Na ocasião, Antonio Manuel,

artista que estava presente oficialmente apenas como visitante, mas que, após a inauguração do evento, chamou a atenção do público para si, e em seguida declarou que propunha seu próprio corpo como obra de arte, tirando a roupa e ficou nu defronte a todo o restante do público presente. Em seguida uma mulher que estava próxima também tirou a sua roupa, tendo ficado apenas de calcinha, e o casal desfilou nu, optando por retirar-se em seguida para evitar uma possível detenção. (BORTOLON, 2020, p. 46)

Sob o grito de “eu sou a própria arte”, o artista teria ficado nu, chocando o público. Na época, e de acordo com a narrativa de Bortolon, esse acontecimento foi noticiado em diversos periódicos como “o homem nu dentro do museu”. Segundo Artur Freitas (2017), essa ação seria um exemplo da arte de guerrilha, em que por meio de atos micropolíticos, buscava denunciar a ingerência dos censores sobre o campo artístico em suas múltiplas linguagens.

Como afirma Judith Butler, em entrevista publicada pela **Revista Cult**, em 2017, para que tenhamos uma verdadeira democracia é necessário que os corpos se movam livremente. “Sem a liberdade de reunião – uma liberdade que pressupõe que os corpos podem ir e vir, pensar e falar – nunca teremos democracia. Isso sugere que não há democracia sem corpos que se movam e se expressem” (BETTONI; LAGE, 2017), afirma.

No momento em que escrevemos este artigo, tramita na Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) um projeto de lei para proibir a veiculação de publicidade com personagens LGBTs ou de famílias homoafetivas no estado de São Paulo. O projeto é de autoria da deputada estadual Marta Costa (PSD) que é evangélica e filha do pastor José Wellington Bezerra da Costa, presidente da CGADB¹⁶ (Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil) entre os anos de 1988

artista apresenta ao público seu corpo nu. Segundo o artista, com *O Corpo É a Obra*, a idéia é questionar os critérios de seleção e julgamento das obras de arte. O ato passa a ter o caráter de protesto contra o sistema político, artístico e social em vigor. Sobre a performance, o crítico Mário Pedrosa escreve que o artista faz ‘o exercício experimental da liberdade’. A partir desse momento, seu interesse centra-se na questão do corpo e seus sentidos.” Ver: **ANTONIO Manuel**. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa368/antonio-manuel> Acesso em: 25 abr. 2021.

16 A CGADB é uma entidade representativa das Assembleias de Deus, criada em 1930. Sua sede é localizada no estado do Rio de Janeiro. Em 1989, ocorreu uma primeira cisão, quando foi fundada a Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil - Ministério de Madureira (CONAMAD), com sede em Brasília, presidida desde então pelo Bispo Manoel Ferreira. Em 2015, a CGADB mobilizou mais de 40 mil pastores para a coleta de assinaturas que possibilitem a criação de um novo partido político que congregue todos os políticos da denominação. O nome sugerido é Partido Republicano Cristão (PRC). Ver: ASSEMBLEIA DE DEUS coleta assinaturas para criar partido. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 08 set. 2014. Disponível: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/535049-assembleia-de-deus-coleta-assinaturas-para-criar-partido>. Acesso em: 24 abr. 2021. Em 2017, após a disputa pelo comando da entidade, uma nova convenção foi criada, a CADB (Convenção da Assembleia de Deus no Brasil) sob o comando do pastor Samuel Câmara, a nova entidade nasceu com aproximadamente 25 mil pastores dissidentes da CGADB. Uma das inovações da nova entidade é a ordenação de mulheres ao ministério pastoral. Sobre a presença dos evangélicos na política nacional, ver: LOPES, Guilherme Esteves Galvão. **Evangélicos, mídia e poder: análise da atuação parlamentar na Assembleia de Deus Constituinte (1987-1988)**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

a 2017. Hoje, a entidade é presidida pelo pastor José Wellington Costa Júnior, irmão da deputada. A apresentação desse projeto de lei, ocorre após algumas propagandas veiculadas na mídia nacional, como a de Dia dos Pais da Natura, em 2020, em que Thammy Miranda (PL-SP), primeiro homem trans eleito vereador na capital paulista, aparece com o filho. E a propaganda do Boticário para o Dia dos namorados, em 2015, que colocou casais gays em cena. Na época, o pastor Silas Malafaia, autodenominado inimigo nº 1 da população LGBT, sugeriu que fiéis boicotassem os produtos da marca. Com a crescente ascensão de segmentos evangélicos fundamentalistas e midiáticos na política brasileira, coroados com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, vivemos sob uma crescente escalada do neoconservadorismo maquiado de defesa da “família” e da infância.

Esse cenário é cuidadosamente analisado por Maria das Dores Campos Machado (2020) que compara essa escalada do neoconservadorismo no Brasil e na Colômbia. Segundo a autora esse fenômeno é parte das políticas antigênero em curso na América Latina e no mundo. A defesa da chamada família natural, da infância e dos valores tradicionais e conservadores figuram como elementos comuns dessas políticas. A ideia de combater a “ideologia de gênero”, sob a alegação da defesa da “inocência da infância”, por exemplo, faz parte desse repertório antigênero (JUNQUEIRA; CÁSSIO; PELLANDA, 2020, p. 201).

Na apresentação da PL 504/2020, a deputada alega que a proibição de personagens LGBTs na publicidade objetiva “impedir desconfortos sociais e atribulações de inúmeras famílias e situações evitando, tanto a possibilidade, quanto a inadequada influência na formação de jovens e crianças” (QUEIROGA, 2021).

De certa maneira, esse projeto se assemelha a iniciativas já efetuadas em outros países como na Rússia que, em 2013, a Duma (Câmara de Deputados) aprovou uma lei alegando proibir a “propaganda homossexual entre menores de idade” (G1, 2013). Essa onda neoconservadora pode ser entendida como um contra-ataque aos avanços dos Direitos Humanos da população LGBT, nos últimos 30 anos. A ascensão de governos autoritários em países europeus como Polônia¹⁷, Hungria¹⁸, Turquia¹⁹, Brasil e demais países da América Latina²⁰, com uma retórica antigênero, mobilizam “um exército de pessoas convertidas, convencidas e comprometidas com o que eles denominam de “trazer o governo de Deus à terra” (SILVA, 2019, p. 333) e acendem um alerta para toda a comunidade LGBT internacional que, por sua vez, é classificada nesses discursos como agentes da “desordem”,

17 Ver: PÔLONIA DESAFIA União Europeia com leis anti-LGBT. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 abr. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2021/04/4919067-polonia-desafia-uniao-europeia-com-leis-anti-lgbt.html> Acesso em: 25 abr. 2021.

18 Ver: HUNGRIA PROÍBE ADOÇÃO de crianças por casais do mesmo sexo. **DW**, Europa, 15 dez. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/hungria-proibe-adoção-de-crianças-por-casais-do-mesmo-sexo/a-55951895> Acesso em: 25 abr. 2021.

19 Ver: PRESIDENTE TURCO ATACA duramente pessoas LGBT. **Estado de MINAS**, Minas Gerais, 01 jan. 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/02/01/interna_internacional,1234092/presidente-turco-ataca-duramente-pessoas-lgbt.shtml Acesso em: 24 abr. 2021.

20 Indicamos o documentário **Género Bajo ataque** (Gender under attack), que mostra como a defesa da infância frente a chamada “ideologia de gênero” arregimentou boa parte da população em países como Peru, Colômbia, Costa Rica e Brasil. Ver: **Género Bajo Ataque**, direção de Jerónimo Centurión, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PjJZQGjs9ck>

“inimigos da família” e das religiões monoteístas²¹ com rígida moral contra as homossexualidades.

Em vista do exposto, e guardado as devidas proporções, entendemos que o neoconservadorismo e a cruzada antigênero que tem sido mobilizada por parte da segmentos da sociedade brasileira, principalmente aqueles associados ao campo religioso fundamentalista e também na atuação de agentes do estado brasileiro, como a pastora Damares Alves, atual ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Bolsonaro, retoma fantasmas da época da ditadura como o medo do comunismo, o temor de uma suposta “destruição da família heterossexual” e apostam numa divisão da sociedade entre “pessoas de bem” versus “inimigos internos” como feministas, LGBTs, ateus e demais identidades classificadas por essa narrativa como agentes do “mal”, ou, partidários da “ideologia de gênero” e do “marxismo cultural”. E dentro desse quadro social complexo que abordamos como a censura ao *Queermuseu* materializa a ascensão autoritária no Brasil nos últimos 10 anos²².

Infâncias infames, as crianças viadas e o *Queermuseu*!

Pessoas que transitam e transgridem a “verdade” do trinômio estável sexo-gênero-sexualidade ocupam o lugar que pode ser compreendido como esse da verdadeira infâmia, pois pertencem a essas “milhares de existências destinadas a passar sem deixar rastros” (FOUCAULT, 2003, p. 206). São esses corpos com poucos anos de vida, ou com décadas de existência que, percebidos como fracos e frágeis, são violentamente nomeados de viados, bichas, pervertidos, acusados de exercerem má influência, dentre muitos outros nomes, que rompem ou simplesmente tensionam a cisgeneridade²³.

O imperativo esbravejado pelo presidente do Brasil na primavera menos florida dos últimos anos: “Tem que deixar de ser um país de maricas”²⁴, mobiliza uma mensagem há muito ouvida

21 Neste quesito, não só o cristianismo, em suas múltiplas vertentes, mas também a ascensão do islã no mundo ocidental, potencializa a homofobia constituinte dos discursos e das práticas de seus fiéis. Todavia, reconhecemos a tentativa de diversos grupos sociais marginalizados, como a população LGBT e feministas, na reinvenção de novas práticas de fé, inclusive dentro do cristianismo, como as chamadas igrejas inclusivas (SILVA, 2018) com uma teologia gay/ *queer* e, em menor grau, no islã e no judaísmo contemporâneo.

22 Entendemos que a ascensão autoritária não despontou abruptamente em 2018, quando da eleição de Jair Bolsonaro, apoiado por boa parte das denominações evangélicas, fundamentalistas e midiáticas. Pelo contrário, para compreender esse fenômeno, é preciso observar e analisar as articulações políticas de lideranças evangélicas nos últimos 20 anos. E, para isso, é preciso indagar: como eles se serviram da associação com a gestão dos governos do PSDB e do PT no nível federal? Quais as concessões que esses governos fizeram ao segmento evangélico em nome da governabilidade? É refletir também sobre os equívocos de uma aliança contingente entre os governos de Lula e Dilma e a subsequente formação de uma bancada evangélica no congresso. O recuo da presidente Dilma, em 2011, no enfrentamento da homofobia, cancelando a distribuição do kit anti-homofobia pelo Ministério da Educação, que foi apelidado pelos religiosos de “kit-gay” e, por tabela, cedendo o comando da Comissão de Direitos Humanos aos deputados da bancada evangélica. Esses são alguns acontecimentos que precisam ser observados sob uma perspectiva histórica crítica dos usos, dos abusos, dos limites e das apropriações das pautas feministas, negras e LGBTs na composição política e partidária brasileiras.

23 Conforme explica Jaqueline Gomes de Jesus (2012, p. 14): “Cisgênero - Conceito ‘guarda-chuva’ que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento”.

24 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/tem-que-deixar-de-ser-um-pais-de-maricas-diz-bolsonaro-sobre-combate-a-covid-19/> Acesso em: 14 nov. 2020.

por crianças e adolescentes em todo o Brasil: não seja marica, boiola, baitola, viado, mariquinhas, bicha; por conseguinte, não seja uma criança viada!

Conforme sugere Preciado, a infância/criança queer denota uma possibilidade de questionar e desestabilizar o ideal de construção de masculinidade e feminilidade regido pela heterossexualidade compulsória. Por isso há uma constante vigilância sobre os modos e comportamentos de meninos e meninas a partir da reiteração de expressões discursivas como “menino não chora”, “isso é coisa de menina” etc. Ou, ainda, as táticas pedagógicas de separação entre as chamadas “coisas de menino” (jogar futebol, brincar de luta, polícia e ladrão) e “coisas de menina” (brincar de casinha, usar maquiagem, cores de roupas e objetos etc.). Assim, não é por acaso que figuras de autoridade na política contemporânea como a atual ministra de Direitos da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damara Alves, conforme analisado em texto anterior (SILVA, 2019) declarou que é a “hora da igreja governar” e que “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”. Esses enunciados não podem ser entendidos como meras expressões anedóticas, pelo contrário, são operações discursivas que condensam imagens, configuram práticas, expressando uma visão heterocentrada e binária na gestão e produção dos corpos sexuados, excluindo e não reconhecendo a legitimidade de outras possibilidades de ser e de existir, ainda na infância.

Durante a exposição “Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira” inaugurada em 15 de agosto de 2017, no espaço Santander Cultural, foram expostas 223 obras de 84 artistas brasileiros. Neste acervo duas obras chamaram a atenção dos grupos que a atacaram e requereram seu encerramento (Figura 1):

Figura 1: Reprodução das obras de Bia Leite “Travesti da lambada e Deusa das águas” e “Adriano Bafônica e Luiz França de She-há”, 2013



Fonte: <https://www.hypeness.com.br/2018/08/queermuseu-abre-no-rio-vencendo-a-censura-e-a-polemica>. Acesso em: 09 set. 2018.

Criadas pela artista brasileira nascida no Ceará, Bia Leite, elas fazem parte da série “Criança Viada”, inspirada no *tumblr* homônimo. O *tumblr*²⁵ “Criança Viada” foi inventado pelo jornalista Iran Giusti²⁶ em 2012 e tinha como objetivo a divulgação de fotografias pessoais de adultos em sua fase de criança²⁷ desconstruindo expressões de gênero tidas como normais e naturalizadas. Considerando que a fotografia tem um papel preponderante no registro da imagem e na (re) produção da memória, o *tumblr* tornou-se um espaço profícuo para a recriação de imagens da infância que provocam o sistema heteronormativo, e incomoda as memórias apaziguadas de que a infância é um tempo vazio de desejos e expressões de gênero.

Em maio de 2021 nova polêmica foi criada em torno da expressão “criança viada”. Contemplado em um edital de apoio à cultura, pela Lei Aldir Blanc, Daniel Olivetto foi responsável pelo projeto intitulado “Roda Bixa”, cuja live de abertura seria “Criança Viada Show”²⁸. A atividade, porém, foi cancelada a pedido da prefeitura de Itajaí (SC), governada por Volvei Morastoni (MDB). Tal ação de censura mereceu o comentário elogioso do secretário de Cultura, Mário Frias. Vemos, pois, que as ações antigênero continuam a espreitar a cultura e a arte, produzindo censura, perseguição e coação.

Ao problematizar a relação das mídias digitais com as questões de gênero e sexualidade, Christian Gonzatti e Felipe Machado (2018) concordam que há uma espécie de espalhabilidade de códigos, sentidos e práticas de ícones da comunidade LGBTI+ no âmbito da cultura digital brasileira (como no uso de *Facebook*, *Twitter*, *instagram* etc). Para tal feito, os autores abordam o fenômeno travesti Leona, que surgiu na internet no final da década de 2010, tornando-se um ícone pop da diversidade, uma “criança viada”.

Sua popularidade ocorreu após a produção e publicação de uma série de vídeos publicados no Youtube em 2009 em que Leona, até então um menino de 13 anos, interpretava uma vilã inspirada na novela mexicana **A Usurpadora**. Para Gonzatti e Machado, Leona, que se constituiu numa travesti negra, se tornou um sucesso de nicho. Além disso, através de suas performances, Leona

creceu através de quadros mediáticos e espalháveis do YouTube, sendo enaltecida como diva por alguns, tendo suas performances reduzidas ao humor, por outros, e, ainda, em alguns contextos, sendo tomada como lugar de incômodo pelas rupturas geradas no que se refere às ordens de gênero e de sexualidade que marcam, também, os corpos infantis. (GONZATTI; MACHADO, 2018, p. 259)

Um exemplo de como a infância pode ser um espaço marcado pela violência e injúria encontra-se na autoetnografia do sociólogo peruano Giancarlo Cornejo. Ao descrever parte da sua experiência

25 *Tumblr* é uma plataforma disponível na internet que permite o compartilhamento de vídeos, textos e imagens, como um blog.

26 TUMBLR ‘CRIANÇA VIADA’ é reativado após repercussão de obras do QueerMuseu. **Sul21**, [S.l.], 14 set. 2017. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ta-na-rede/2017/09/tumblr-crianca-viada-e-reativado-apos-repercussao-de-obras-do-queermuseu/>. Acesso em: 01 set. 2018.

27 Conforme disponível em: <http://criancaviada.tumblr.com/> Acesso em: 30 ago. 2018.

28 Disponível em: <https://ndmais.com.br/cultura/entenda-polemica-envolvendo-projeto-sobre-memoria-lgbtqia-em-itajai/> Acesso em: 20 mai. 2021.

escolar, na cidade de Lima, Peru, nos anos 1990, o autor narra que a primeira vez que foi interpelado pelo termo “*maricón*” foi por uma colega de classe, por volta de 4 a 5 anos de idade. Com efeito, Cornejo argumenta que,

a homofobia depende do enorme poder de ferir das palavras. A injúria marca o corpo e define as identidades. Neste caso, a injúria marca um corpo muito antes que ele tenha consciência da referida marca. A injúria “*marica*” me interpelou antes mesmo que eu me desse conta de que eu era uma.²⁹ (CORNEJO, 2011, p. 82, tradução nossa)

Ao longo de sua autoetnografia, e em diálogo com Sedgwick (2003), Cornejo destaca como a imagem do menino afeminado materializada em seu corpo e em sua “expressão de gênero”³⁰ mobilizava, ao mesmo tempo com singular virulência e crueldade o indício da homossexualidade e sua respectiva patologização. Em um dado momento do texto, após enumerar as diversas tentativas de capturá-lo e reinseri-lo dentro de uma ordem binária e heterocentrada, ele relata ter recebido pela ação da psicóloga que o acompanhava o diagnóstico de “transtorno de identidade de gênero” (CORNEJO, 2011, p. 85).

Com efeito, Cornejo destaca conexões, sobreposições de sentido e limites entre a percepção social em torno da transgeneridade e da homossexualidade. De modo geral, a identidade de gênero e a orientação sexual são vetores que desestabilizam a equação sexo-gênero-desejo (BUTLER, 2003). A partir das considerações de Cornejo, entendemos que a condição de menino afeminado, ou, “criança viada”, configura um deslizamento das fronteiras sociais entre os campos masculino e feminino. Na autoetnografia do autor, fica evidente que tal vivência como um menino afeminado, não necessariamente se traduzia ou configurava o prenúncio de uma subjetividade transgênera, como alegava o diagnóstico recebido pelas mãos da psicóloga.

Por sua vez, quando interpelado sobre as críticas e tentativas de censura ao *Queermuseu*, que acusavam as imagens da série “criança viada” de promoverem uma suposta sexualização da infância, Iran Giusti, idealizador do *Tumblr*, declarou:

A gente tem que entender que gênero é diferente de orientação afetiva sexual e é diferente de sexualidade e principalmente de sexo. Quando a gente fala de criança viada a gente está falando de uma fase em que os papéis de gênero não estão enraizados (ainda bem), porém os adultos – e muitas vezes outras crianças – fazem leituras e são LGBTfóbicas, então a gente precisa falar disso. (WARKEN, 2017).

A partir desses exemplos, entendemos que tal ação reguladora de gênero (BUTLER, 2014), evidencia a incidência do poder e do saber normatizador e normalizador dos corpos sexuados e

30 Segundo Jaqueline Gomes de Jesus (2015, p. 94) a “expressão de gênero” configura a forma como a pessoa se apresenta, constrói sua aparência (acessórios, vestuários) e comportamento, de acordo com as normas sociais que regem e institui os campos masculino e feminino. Logo, acrescentamos que, quando a pessoa não se enquadra nessa lógica binária, geralmente gays e lésbicas, pode ser classificada como “afeminada”, no caso de homens que não expressam o gênero de modo másculo, viril, ou, “sapatão”, no caso de mulheres que não expressam o gênero de modo considerado feminino, submisso, delicado. Pois, essas expressões de gênero dissonantes da heteronorma, colocam em suspeição o caráter não natural da relação entre sexo, gênero e desejo.

generificados (*gendered*) que atuam na manutenção da ordem binária da economia significativa da heterossexualidade (BUTLER, 2003). No discurso neoconversador mobilizado contra o *Queermuseu*, além de acusar as imagens de propagar uma sexualização da infância, podemos entender como um contra-ataque as tentativas de potencializar outros modos de existência que transgridem os arquétipos de masculinidade e de feminilidade.

Desta forma, Cornejo problematiza que, ser visto como um menino afeminado, ou uma “criança viada”, marcou e constituiu os jogos de pertencimento e exclusão, evidenciando como as interpelações homofóbicas são agenciadas pelo dispositivo pedagógico cisheterossexual desde a mais tenra infância. Nas palavras de Didier Eribon (2008, p. 28), a injúria “me faz saber que sou alguém que não é como os outros, que não está na norma. Alguém que é *viado [queer]*: estranho, bizarro, doente. Anormal”. Por consequência, a injúria produz efeitos sobre a subjetividade e marcam a existência daqueles e daquelas que fogem ao binarismo de gênero.

As obras contemporâneas que compõem a série de quadros de Bia Leite misturam silhuetas de crianças representadas como meninos e meninas – com cores historicamente instituídas como de menino, o azul, ou de menina, o rosa – e frases reconhecidas como expressões associadas ao chamado universo LGBTI+³¹, desestabilizando e/ou criticando uma complexa trama prescritiva do gênero na e pela arte.

Feitas de tinta acrílica sobre tela, com dimensão de 100 x 100 cm, tais obras priorizam traços leves com cores alegres e sua simplicidade as aproximam de desenhos infantis. Evidenciando uma histórica condição de possibilidade de sua produção, elas provocam a naturalização da normatividade de gênero, e questionam como esses padrões recaem sobre a produção das subjetividades desde a mais tenra infância. Além disso, Bia Leite provoca os ânimos daqueles menos afeitos à reflexão crítica, e reposiciona palavras e termos usados para agredir e ofender as crianças, tornando-os autoexpressão de um orgulho de existência. Com isto, a autora instaura uma animosidade entre aquelas e aqueles que ainda insistem em desconsiderar a historicidade da infância (ARIÈS, 1981) e, por isso, ainda a percebem como um tempo do sagrado vivido por seres angelicais, destituídos de sexualidade, de expressão de gênero, de vontades e desejos.

Consonante a Judith Butler (2003, 2019), em uma sociedade forjada e estruturada na heterossexualidade compulsória, toda e qualquer performance de gênero considerada “inadequada” e/ou dissidente na ordem binária, provoca uma “perturbação” no sistema sexo/gênero e, em alguma medida, almejam escapar da teia de sentidos, práticas e discursos que configuram corpos sexuados, dóceis e heterocentros. Logo, quando uma criança age de modo a embaralhar os signos historicamente atribuídos como masculino e/ou feminino, evidencia que os nossos corpos “nunca cumprem completamente as normas pelas quais se impõe sua materialização” (BUTLER, 2019, p. 16), uma reação heterocentrada em nome da suposta defesa da infância e da família se materializa por meio de discursos moralizantes e de práticas censórias reificadoras da ordem e dos “bons costumes”.

31 Sobre a ampliação da sigla LGBT para LGBTI+ pode-se consultar a recente publicação *Manual de Comunicação LGBTI+* e que se destaca a inclusão do I para se referir aos e às intersexuais e o + como uma forma de incluir outras orientações sexuais, identidades de gênero e expressões de gênero, conforme indicado no Manual. (REIS, Toni (org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.)

A evidência de que as obras de Bia Leite provocaram reações conservadoras das mais diversas relacionadas à sacralização da infância podem ser corroboradas pelo teor dos ataques advindos de grupos como o MBL (Movimento Brasil Livre) que acusaram a autora como incentivadora da pedofilia³², da zoofilia e de ofender a “moral cristã” (LANDINI, 2018; VIGÁRIO; DAHER, 2020). Com isso, mais uma vez, percebe-se uma atualização de uma lógica que associa a diversidade sexual e de gênero à homossexualidade, e esta última à perversão e a suposta destruição da família natural dentre outros repertórios que compõem um cenário que pode ser compreendido como de pânico sexual ou campanha moral (RUBIN, 2003) empreendidas no contexto brasileiro atual, em que grupos autodeclarados como conservadores, buscam a manutenção/reprodução da heterossexualidade e da cisgeneridade.

De acordo com o sociólogo Richard Miskolci, o “pânico moral” pode ser definido como “o consenso, partilhado por um número substancial de membros de uma sociedade, de que determinada categoria de indivíduos ameaça a sociedade e a ordem moral” (MISKOLCI, 2007, p. 112). Desta maneira é que indivíduos associados ao já indicados grupos conservadores³³, como os agentes do “Escola Sem Partido” e os ideólogos da “ideologia de gênero”, em sua maioria de caráter cristão, têm mobilizado parte da opinião pública para justificar suas investidas e tentativas de interdito no campo da educação, das artes e da cultura³⁴.

Além disso, entendemos que esse controle sobre a infância diz muito mais sobre o mundo dos adultos, da manutenção da heterossexualidade compulsória, das hierarquias entre homens e mulheres e do pânico da homossexualidade, do que da própria subjetividade infantil. Como já demonstrado por Foucault (1979), é na infância que o masculino e o feminino começam a ser produzidos pelo dispositivo da sexualidade. Essas categorias, conforme sublinha McLaren, “são prescritivas, ao invés de simplesmente descreverem categorias” (2016, p. 173), ou seja, é a partir do controle dos gestos, das práticas, das brincadeiras, dos usos dos corpos e dos prazeres - como o controle da masturbação-, que uma histórica noção de sexualidade vai sendo moldada e saturada pelas relações de poder, principalmente no âmbito da Família, da Igreja, do Estado e do saber médico, produzindo corpos sexuados femininos e masculinos, sustentáculos do sistema sexo/gênero binário.

Com efeito, quando uma criança não atende tais prerrogativas atribuídas ao seu gênero, podem sofrer *bullying*, injúrias (bichas, boiolas, baitolas, viados, sapatona, machorra, etc) e agressões que levam à morte simbólica ou até mesmo física, conforme o caso do menino Alex, de 8 anos de idade, que em 2014, teve o fígado dilacerado depois que o próprio pai desferiu uma série

32 Conforme pode ser constatado em: LANNES, Paulo. Artista de Brasília é autora de obra acusada de pedofilia pelo MBL. Metrópoles, [S.l.], 11/09/2017. Disponível: <https://www.metropoles.com/entretenimento/exposicao/artista-de-brasil-ia-e-autora-de-obra-acusada-de-pedofilia-pelo-mbl>. Acesso em: 09 set. 2018.

33 Em texto anterior (SILVA, 2019), abordamos como surgiu o Escola Sem Partido e como se deram as articulações dos mesmos com os agentes da “ideologia de gênero”, no Brasil, entre os anos 2004 e 2014.

34 Vide o recente caso de censura na 19ª edição da Bienal do Livro do Rio de Janeiro, em setembro de 2019, em que o Prefeito Marcelo Crivella determinou o recolhimento do romance gráfico **Vingadores, a cruzada das crianças** (Salvat), devido à imagem de um beijo entre dois personagens masculinos. COELHO, Henrique. Autores e editores fazem manifesto contra censura na Bienal do Livro do Rio. **G1**, Rio de Janeiro, 08 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/08/autores-e-editores-fazem-manifesto-contr-a-censura-na-bienal-do-livro-do-rio.ghtml> Acesso em: 09 set. 2019.

de socos, pois o filho era visto como “pouco másculo”³⁵. Atos como esse expressam o que Richard Miskolci e Larissa Pelúcio (2012, p. 23) denominam de efeminobia, isto é, medo e/ou aversão de associar, plasmar elementos considerados femininos ao histórico universo masculino.

Em sua análise sobre a existência da “bicha” no contexto brasileiro, e muito atenta sobre como o “ser bicha” é parte de um longo processo que começa desde a infância, Megg Rayara de Oliveira lembra que a infância marca a existência da “bicha do tempo presente” (2020, p. 78). Com isso, a autora evidencia a infância como um momento da vida em que se dá a construção desse lugar da “bichisse”, que será evidenciado na idade adulta, mas que tem encontros anteriores. Ao caminhar pelos “trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhas pretas na educação” (OLIVEIRA, 2020), Megg Rayara encontra essas crianças viadas na escola, palco privilegiado para a ocorrência de uma série de violências, como ela mesma registra ao formular analiticamente sua experiência de vida: “Ao ser nomeada como bicha, tentaram me eliminar ainda criança. Não apenas meus trejeitos afeminados precisavam ser controlados, mas também os papéis sexuais que eu supostamente viria a desempenhar” (OLIVEIRA, 2020, p. 83).

Ao analisar as chamadas “vivências afeminadas”, Murilo Nonato (2020) observa que, no âmbito das experiências dissonantes da norma binária, como os corpos “tomboys³⁶, buches e de pessoas afeminadas”, desponta um movimento de “ressignificação, reposicionando a masculinidade e a feminilidade, excedendo o seu significado previamente estabelecido, possibilitando a produção de microfissuras no sistema ao proporcionar a ele outros usos e outros sentidos” (NONATO, 2020, p. 98). Todavia, e em diálogo com Butler (2003, 2006, 2019) e Elvira Díaz (2013), Nonato reconhece que:

os valores dessas ressignificações são distintos, pois, [...] o ato performativo se opera dentro do poder e dos marcos da normalidade. A reapropriação nem sempre se dá de maneira subversiva ou opera em direções tidas como libertadoras. Esses deslocamentos, produzidos pelas pessoas afeminadas, por exemplo, podem apoiar-se na misoginia ou na reiteração de estereótipos de gênero. O deslocamento, para que seja subversivo, precisa produzir corpos e subjetividades que questionam as normatividades. (NONATO, 2020, p. 98)

Neste sentido, entendemos que trazer a educação para o centro da reflexão significa, dentre outras coisas, evidenciar que a escola, enquanto instrumento privilegiado do processo educativo formal, é peça-chave da produção e reprodução da ordem cisheteronormativa (VERGUEIRO, 2016). O controle sobre o corpo infantil de Megg Rayara, assim como o corpo infantil de Giancarlo Cornejo, foi exercido por esse “cistema”³⁷ que tem na escola um de seus mais importantes aliados

35 Ver: MENINO TEM FÍGADO dilacerado pelo pai por ser “afeminado”. **O tempo**, Rio de Janeiro, 05 mar. 2014. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/brasil/menino-tem-figado-dilacerado-pelo-pai-por-ser-afeminado-1.799612> Acesso em: 01 out. 2019.

36 Segundo Halberstam (2008), *Tomboys* é uma categoria que compreende a vivência da masculinidade feminina ainda na infância. O autor afirma que o “tomboyismo” costuma ser tolerado socialmente até a pré-adolescência. Mas, quando a menina entra no período de transição para a vida adulta, se espera que ela se adeque às expectativas sociais atribuídas ao gênero feminino, caso contrário, toda uma pedagogia heterossexista é mobilizada contra o sujeito dissidente da norma. Uma indicação cinematográfica é o filme francês, *Tomboy*, lançado em 2012 e sob direção de Céline Sciamma.

37 Utilizamos “cistema” como uma corruptela da palavra sistema, para fazer referência ao modelo de organização da sociedade pautado no modelo cis-sexista, conforme sugerido por Viviane Vergueiro (2015) a partir da leitura de Ramón

institucionais. Nesse sentido, Rogério Junqueira entende que a escola atua na “gestão das fronteiras da normalidade” (2013, p. 482), na medida em que por meio do seu currículo e do próprio cotidiano escolar, a cisheteronormatividade é protegida e incitada.

Outra instituição que trabalha em fina parceria com a escola, e que também realiza um importante papel educativo, é a família. Desse modo, a “criança viada” está cercada por todos os lados, e sob cerrada vigilância. Em função disso, não é raro a ocorrência de intensas violências nesses espaços que por vezes aparecem como sacralizados, supostamente os espaços mais seguros para uma criança. Segundo bell hooks:

por mais que as estatísticas de violência doméstica, homicídio, estupro e maus-tratos a crianças indiquem que a família patriarcal idealizada está longe de ser um espaço “seguro”, que as vítimas de violência têm maior probabilidade de ser[em] atacadas por pessoas semelhantes a elas que por estranhos e diferentes, esses mitos conservadores se perpetuam (2013, p. 43-4).

Ou seja, por mais que se propague a ideia de que a família natural (heterossexual e cisgênera) seja o espaço mais seguro e adequado à formação dos indivíduos, tal assertiva geralmente não se sustenta quando essas famílias se deparam com uma “criança viada”.

Esse pânico moral em torno do suposto “desvio” sexual, ainda na infância, alimentou boa parte dos ataques a exposição *Queermuseu*, pois “questionava a fixidez identitária com obras que, na sua potência de presença, aqui-agora, apresentavam-nos modos de subjetivação desviantes dos regimes normativos” (TIETBOEHL et al., 2018, p. 245).

Entretanto, apesar dessa mobilização de uma campanha moral que conseguiu o fechamento da exposição no Santander Cultural em 2017, diversas manifestações apareceram como resposta e disputa pelo espaço de produção da arte e da realidade simbólica. O prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, respondeu com deboche sobre a possibilidade de a exposição ocorrer em um espaço público da cidade, o Museu de Arte do Rio (MAR): “Saiu no jornal que vai ser no MAR. Só se for no fundo do mar”³⁸. Esqueceu-se, porém, que h(á)mares, e vida nas profundezas. Foi realizada uma campanha de financiamento coletivo que viabilizou a abertura da exposição no Parque Lage no Rio de Janeiro de 18 de agosto a 16 de setembro de 2018³⁹. Além disso, e também nessa disputa simbólica por espaço de construção da memória e da história, bem como em busca pelo reconhecimento da existência da diversidade sexual e de gênero em todas as idades, o Coletivo Mães pela Diversidade lançou uma campanha durante a 22ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo: “#criançaLGBTexiste”. Mais uma vez essa ação, assim como as obras de Bia Leite, foram alvo de ataques de grupos autodenominados de conservadores.

Grosfoguel (2012) em relação ao sistema-mundo.

38 MARTÍN, María. Crivella veta no Rio a exposição *Queermuseu*, censurada em Porto Alegre. *El País*, Rio de Janeiro, 04 out. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/04/cultura/1507068353_975386.html. Acesso em: 09 set. 2018.

39 Conforme informações disponíveis em: <http://eavparquelage.rj.gov.br/queermuseu/> Acesso em: 07 set. 2018.

Considerações finais

Sendo assim, e mediante o exposto, entendemos que é preciso desconfiar de toda e qualquer narrativa que tenta cristalizar a ideia de uma infância como um lugar vazio de expressões e experimentações do gênero. Além disso, podemos identificar o desconforto social e/ou perturbação de gênero proporcionada pela “criança viada”, pois entendemos que a “criança viada” e/ou *queer*, indaga um ideal normativo de desenvolvimento do “eu” regido pela heterossexualidade compulsória.

A “criança viada” está autorizada a existir emudecida pelas injúrias LGBTIfóbicas, mas causa incômodo quando grita orgulhosamente e defende sua bichisse, o principal alvo das violências sofridas, tanto fisicamente quanto simbolicamente.

A “criança viada” é como um sintoma e a expressão de que o gênero e a sexualidade são compreendidos como parte de um mesmo processo, em que o feminino e as feminilidades estão colocadas a partir da associação com performances meigas, delicadas e sexualmente passivas, enquanto que o masculino e as masculinidades representam a força, a brutalidade e a posição sexualmente ativa (como aquelas que são capazes de penetrar o corpo alheio - feminilizado e feminilizando-o). A delicadeza, a meiguice e os “trejeitos” (OLIVEIRA, 2020) performadas por crianças que habitam corpos nomeados como masculinos, são acionadas como indícios de que esses sujeitos são e serão homossexuais, umas bichas, umas crianças viadas. Por sua vez, analisar as reações ao fenômeno “criança viada” é evidenciar os elementos e as estratégias engendradas pelos agentes sociais na demarcação e manutenção das fronteiras que “normalizam as identidades⁴⁰” (FIORAVANTE; SCHMIDT, 2018, p. 271), e perceber que ainda somos capazes de pintar a infância com muitas cores e resistir por meio da arte.

Referências

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BALADELI, Daniella Tizziani. **O conceito de infância na historiografia acadêmica: um mapeamento (1991-2008)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

BETTONI, Rogério; LAGE, Mariana. “Não podemos esperar que só assembleias e protestos produzam mudanças”. **Revista Cult**, São Paulo, 06 out. 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/judith-butler-nao-podemos-esperar-que-so-assembleias-e-protestos-produzam-mudanca/> Acesso em: 25 abr.2021.

BORTOLON, Flavia Jakemiu Araujo. **Corpos (tra)vestidos: a imagem do grupo Dzi Croquettes na imprensa brasileira dos anos 1970**. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas,

40 A respeito desse processo de normalização das identidades e de produção de subjetividades adequadas ao modelo cisgênero, sugerimos a leitura do trabalho de Sofia Favero (2020). Ao interpelar diversas fontes documentais e produções bibliográfica, Favero incita as leitoras a refletir sobre a diferença entre a criança viada e a criança trans (essa diferença existe mesmo?) e a naturalização da cisgeneridade, bem como a respeito da patologização aparentemente bem-intencionada (FAVERO, 2020, p. 159) que acaba por circunscrever as “infâncias trans em um *a priori* clínico” (FAVERO; MACHADO apud FAVERO, 2020, p. 160).

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

BRAGA, Douglas. A infância como objeto da história: um balanço historiográfico. **Revista Angelus Novus**, Ano VI, n. 10, p. 15-40, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e a subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Paidós: Barcelona, 2006.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 42, p. 249-274, jun. 2014.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do sexo. N-1 Edições: São Paulo, 2019.

CORNEJO, Giancarlo. La guerra declarada contra el niño afemiando: uma autoetnografia "queer". Íconos. **Revista de Ciencias Sociales**, Quito, n. 39, p. 79-95, ene. 2011.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e "subversão" no regime militar. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan. (org.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EduFSCar, 2014, p. 27-52.

CRIANÇAVIADA. Disponível em: <http://criancaviada.tumblr.com/> Acesso em: 30 ago. 2018.

DESPENTES, Virginie. **Teoria King Kong**. São Paulo: n-1 edições, 2016.

DÍAZ, Elvira. B. Desconstrução e subversão: Judith Butler. **Sapere Aude**, v. 4, n. 7, p. 441-464, 12 jul. 2013.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

EAVPARQUELAGE. Queermuseu no Parque Lage. 2018. Disponível em: <http://eavparquelage.rj.gov.br/queermuseu/> Acesso em: 07 jul. 2018.

FAVERO, Sofia. **Crianças trans**: infâncias possíveis. Salvador: Devires, 2020.

FIORAVANTE, Tiago; SCHMIDT, Saraí. Sobre ciborgues e monstros ou como a mídia representa a infância queer. **Periódicus**, Salvador, n. 9, v. 1, p. 268-287, maio/out. 2018.

FOUCAULT, Michel. É inútil revoltar-se? In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. v. 5.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: MOTTA, Manuel. (org.). **Ditos e escritos** - Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. v. 4.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault: uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. **Verve**, São Paulo, v. 5, p. 260-277, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 19. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal,

1988. v. 1.

FREITAS, Artur. **Arte de Guerrilha**: vanguarda e conceitualismo no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2017.

GOMES, Aguinaldo Rodrigues; LION, Antonio Ricardo Calori de (org.). **Corpos em trânsito**: existências, subjetividades e representatividades. Salvador: Editora Devires, 2020.

GONZATTI, Christian; MACHADO, Felipe V. Kolinski. Notas sobre o espalhamento da criança viada na cultura pop digital brasileira. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 9, p. 248-267, 2018.

GROSGOUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntrica rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea**, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 337-362, 2012.

HALBERSTAM, Judith. **Masculinidad femenina**. Barcelona: Egales, 2008.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**. A educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. 2. ed., rev. e ampl. Brasília, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Homofobia**: identificar e prevenir. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 17, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz; CÁSSIO, Fernando; PELLANDA, Andressa. Políticas educacionais de gênero e sexualidade no Brasil 2020: enquadramentos e enfrentamentos. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (org.). **Direitos em disputa**: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo. Campinas: Editora da UNICAMP, 2020.

KATZ, Jonathan Ned. **A invenção da heterossexualidade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

LANDINI, Tatiana Savoia. Pedofilia em museus: Quando o antigo conceito de pânico moral se faz presente. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 512-532, set./dez. 2018.

LANNES, Paulo. Artista de Brasília é autora de obra acusada de pedofilia pelo MBL. **Metrópoles**. [S.l.]. 11 set. 2017. Disponível em: <https://www.metropoles.com/entretenimento/exposicao/artista-de-brasilia-e-autora-de-obra-acusada-de-pedofilia-pelo-mbl> Acesso em: 09 set.2018.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOPES, Fábio Henrique. Possibilidades de conexão. Michel Foucault, relações de gênero e estudos queer. **Bagoas**, Natal, v. 16, p. 162-196, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Foucault e os estudos queer. In: VEIGA-NETO, Alfredo; RAGO, Luzia Margareth (org.). **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2º sem. 2001.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O neoconservadorismo cristão no Brasil e na Colômbia. In: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores; VAGGIONE, Marco Juan (orgs.). **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

MACIEL, Maria Regina et al. A infância em Piaget e o infantil em Freud: temporalidades e moralidades em questão. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 20, n. 2, p. 329-338, ago. 2016.

MARCELINO, Douglas Attila. **Subversivos e pornográficos**. Censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

MARTÍN, María. Crivella veta no Rio a exposição Queermuseu, censurada em Porto Alegre. **El País**, [S.l.], 04 out. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/04/cultura/1507068353_975386.html Acesso em: 09 set. 2018.

MCLAREN, Margaret A. **Foucault, Feminismo e Subjetividade**. São Paulo: Intermeios, 2016.

MELO, Jennifer Silva. Breve histórico da criança no Brasil: conceituando a infância a partir do debate historiográfico. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 2, jan. 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/2/breve-historico-da-crianca-no-brasil-conceituando-a-infancia-a-partir-do-debate-historiografico>

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, jan./ jun. 2009.

MISKOLCI, Richard. Abjeção e desejo. Afinidades e tensões entre a Teoria Queer e a obra de Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Para uma vida não fascista**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009a, p. 325 – 338.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p.101-128, jan./jun. 2007.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. (org). **Discursos fora da ordem**: sexualidades, saberes e direitos. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012.

PÉREZ NAVARRO, Pablo. Retórica antigênero e ordem pública: a cruzada das crianças. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 473–489, 2020.

NETO, Miguel Rodrigues de Sousa; GOMES, Aguinaldo (org.). **História e Teoria Queer**. Salvador: Devires, 2018.

OLIVEIRA, Megg Rayara de. Trejeitos e trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhas

pretas na educação. In: OLIVEIRA, Megg Rayara de. **Nem ao centro, nem à margem: corpos que escapam às normas de raça e de gênero.** Salvador: Devires, 2020.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Queer **decolonial**: quando as teorias viajam. *Contemporânea*. São Carlos, v. 5, n. 2, p. 411-437, jul./dez. 2015.

PÉREZ NAVARRO, Pablo. História feminista, genealogias queer. **Revista TransVersos**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 12-35, set./dez. 2018.

PRECIADO, Paul B. Quem defende a criança queer? **Revista Jangada: crítica, literatura, artes**, Viçosa, jan./jun. 2013.

PRECIADO, Beatriz. **Entrevista por Jesús Carrillo**. Disponível em: http://www.poesis.uff.br/PDF/poesis15/Poesis_15_EntrevistaBeatriz.pdf Acesso em: 10 nov. 2020.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

QUEIROGA, Louise. Entidades repudiam projeto de lei da Alesp que busca proibir propaganda com diversidade sexual relacionada a crianças. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 abr. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/entidades-repudiam-projeto-de-lei-da-alesp-que-busca-proibir-propaganda-com-diversidade-sexual-relacionada-criancas-24980119> Acesso em: 24 abr. 2021.

RASSY, Gabriela. Queermuseu abre no Rio vencendo a censura e a polêmica. **Hypeness**, [S.l.], ago. 2018. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2018/08/queermuseu-abre-no-rio-vencendo-a-censura-e-a-polemica/> Acesso em: 09 set. 2018.

REIS, Toni (org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.

RODRIGUES, Alexandre et al. Crianças desviadas, sexualidades monstruosas, educação pervertida: paisagens alteritárias de infâncias. **Periódicus**, v. 1, n. 9, p. 1-4, maio/out. 2018.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 1-88, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1582/gaylerubin.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 09 set. 2018.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemologia do Armário**. Coimbra: Editora Angelus Novus, 2003.

SILVA, Natanael de Freitas. Entre a fé e o prazer: códigos morais e o cristão LGBTI+. **Poder & Cultura**, v. 5, p. 156-177, 2018.

SILVA, Natanael de Freitas. Escola sem partido e a ideologia de gênero: pânico moral e ataque à educação pública brasileira. In: ASSUMPÇÃO, Luis F. Bantim; BUENO, André; CAMPOS, Carlos E.; CREMA, Everton; SOUSA NETO, José Maria de. (org). **Aprendendo História: Experiências**. União da Vitória: Edições Especiais Sobre Ontens, 2019. p. 331-340.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer**: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares. Tradução: Heci Regina Candiani; posfácio de Richard Miskolci. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SUL21. Tumblr 'Criança Viada' é reativado após repercussão de obras do QueerMuseu. 14 set. 2017. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ta-na-rede/2017/09/tumblr-crianca-viada-e-reativado-apos-repercussao-de-obras-do-queermuseu/> Acesso em: 01 set. 2018.

TIETBOEHL, Léo Karam; CAVALHEIRO, Rafael; KVELLER, Daniel. Quem tem medo de crianças queer? Alguns questionamentos às normatividades em psicanálise. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 9, p. 234-247, 2018.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

VIEIRA, João Luiz. Alair Gomes, Djalma Batista, Pedro Almodóvar: o circuito do desejo. In: PENTEADO, Fernando. M., GATTI, José. **Masculinidades**: teoria, crítica e artes. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2011. p. 277-289.

VIGÁRIO, Jacqueline Siqueira; DAHER, Anna Paula. Democracia e arte. **Albuquerque: revista de história**, Aquidauana, v. 12, n. 24, p. 126-139, jul./dez. 2020.

WARKEN, Júlia. Criança Viada: o que está por trás da obra que gerou revolta? **Revista Claudia**, São Paulo, 17 set. 2017. Seção Cultura. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/cultura/crianca-viada-o-que-esta-por-tras-da-obra-que-gerou-revolta/> Acesso em: 24 abr. 2021.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.